

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO*

Vice-presidente do TRF da 5ª Região

O sistema judiciário brasileiro adota o critério da prevalência da norma legal na solução das demandas (artigo 126 do CPC), só admitindo a integração com outras fontes e com a equidade nos casos previstos em lei (artigo 127 do CPC). Observa Napoleão Nunes Maia Filho, vice-presidente do TRF da 5ª Região ("O juiz e o direito positivo". Diário do Nordeste. Fortaleza. 18. jan. 2003, p.3).

Em todos os sistemas judiciários com essa característica, as sentenças judiciais podem ser classificadas em três macrocategorias, para efeito de agrupar, de modo analítico, as posturas intelectivas do juiz, explica Napoleão Filho.

São essas macrocategorias: 1ª) o juiz apenas aplica a norma: 2ª) o juiz opta pela adequação da solução da lei ao caso em exame: 3ª) o juiz opta por uma atitude interpretativa.

A primeira macrocategoria é a postura tradicional e conservadora. O juiz atende simplesmente o comando da lei, sem maiores considerações de ordem valorativa, característica da escola legalista. O juiz, quando questionado sobre eventual injustiça ou desequidade de sua decisão, explica-se afirmando não ter sido o produtor da lei.

A segunda macrocategoria é a postura baseada na realidade do processo (factuidade). O juiz elabora a sua decisão a partir dessa realidade. O juiz faz então um trabalho original ou específico e dá à norma escrita um sentido diferenciado ou adequado às singularidades do caso.

A terceira macrocategoria é talvez a postura mais desafiadora e perigosa. O juiz procura captar, no universo do sistema jurídico, sobretudo nos princípios constitucionais, as linhas de orientação da solução do caso. O juiz leva em conta os valores sociais, dos quais ele se põe como intérprete autêntico e como guardião. O juiz minimiza, de certa forma, a importância da doutrina jurídica e os precedentes das Cortes de Justiça.

A chamada interpretação das normas conforme a Constituição, hoje tão em voga, parece pressupor uma firme adesão do juiz aos postulados constitucionais, os quais, historicamente e em última análise, são proteções ou anteparos em favor dos indivíduos contra as demasias e excessos do poder estatal.

Mas, por força de valores íntimos, idéias gerais de justiça ou vieses ideológicos, como a prevalência do público sobre o privado, o juiz pode ter um entendimento avesso ou restritivo às proteções ou anteparos constitucionais em favor dos indivíduos. Nessa hipótese, outorgá-lo o poder de decidir com base na atitude interpretativa poderá ser extremamente lesivo à segurança das pessoas.

Para controlar a formação do juízo decisório, conclui Napoleão Nunes Maia Filho, cresce nos tribunais a orientação de inflexibilizar a exigência da fundamentação das decisões judiciais, máxime nos casos penais, nos quais é comum a invocação de princípios genéricos, como a necessidade de combater a impunidade, em substituição à análise do enquadramento da conduta do agente na prescrição proibitiva.

A forma jurisdicional é o modo de enfrentar a força desagregadora dos naturais dissídios e das desavenças sociais, e os indivíduos devem confiar na atuação do Poder Judiciário e reconhecer-lhe a eficácia funcional de prevenir e, depois, de resolver definitivamente os conflitos, explica Napoleão Nunes Maia Filho ("O Judiciário e os indivíduos". Diário do Nordeste. Fortaleza. 01. fev. 2004, p. 3). A forma

jurisdicional substituiu as formas pré-jurisdicionais (a auto-tutela, matriz de novas tensões, e a autocomposição voluntária, sempre dependente da escassa disposição dos sujeitos desavindos em transigir e fazer concessões).

Os indivíduos podem obter, de forma civilizada, por meios das múltiplas ações judiciais, a proteção dos seus interesses pessoais, quando vulnerados ou ameaçados por atos de outros indivíduos ou de representantes do próprio poder estatal, independente de sua instância. As pessoas não devem hesitar em postar judicialmente a proteção de seus interesses e direitos, alerta o vice-presidente do TRF da 5ª Região.